

MUNICÍPIO DE CALHETA

*fc  
P  
John Calhe  
D  
D  
J  
S  
F  
M  
J  
G  
L*

## RELATÓRIO DE GESTÃO DA CONTA DE GERÊNCIA DE 2020





# Índice

---

<b>1 – Introdução .....</b>	<b>3</b>
<b>2 – Análise da Execução Orçamental .....</b>	<b>7</b>
<b>2.1 - Plano Plurianual de Investimentos (PPI).....</b>	<b>7</b>
<b>2.2 - Orçamento.....</b>	<b>8</b>
<b>3 – Análise da Situação Económica e Financeira.....</b>	<b>17</b>
<b>3.1 – Balanço .....</b>	<b>17</b>
<b>3.2 – Demonstração de Resultados.....</b>	<b>20</b>
<b>4 – Factos Relevantes Verificados após o Encerramento das Contas .....</b>	<b>22</b>
<b>5 – Mapa de Cálculo ao Endividamento Líquido e Bancário .....</b>	<b>23</b>
<b>6 – Indicadores .....</b>	<b>24</b>
<b>7 – Regra do Equilíbrio Financeiro .....</b>	<b>26</b>
<b>8 – Aplicação de Resultados.....</b>	<b>27</b>



# 1 – Introdução

*fel.  
Joh. Lobo  
P. P. S.  
F. M. S.  
S. J. M.*

## ***Enquadramento Legal***

O presente Relatório foi elaborado de acordo com os princípios contabilísticos e orçamentais definidos normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro), as quais contemplam os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

## ***Âmbito***

Este relatório tem como propósito permitir:

- Análise da situação económica;
- Análise da situação financeira;
- Evolução do endividamento;
- Proposta de aplicação de resultados;
- Factos relevantes após termo do exercício.

Embora, previsto na NCP 27 a apresentação de informação de gestão, à data o sistema contabilístico e informático ainda não permite a obtenção de informação completa, pelo que a análise das funções e atividades é baseada na contabilidade orçamental.

Assim, numa primeira fase apresenta-se a análise dos mapas orçamentais da despesa e da receita, explicando-se os aspetos mais relevantes das respetivas rubricas.

Para compreensão da situação económica e financeira, efetua-se uma abordagem aos aspetos mais relevantes do Balanço e Demonstração de Resultados.

No ponto seguinte apresenta-se uma breve análise da evolução do endividamento, esta foi realizada tomando como referência os limites estabelecidos na Lei das Finanças Locais.

No que respeita à aplicação de resultados, tendo sido revogado o POCAL, a mesma é livre e como tal opta-se por manter o resultado líquido em resultados transitados.

A análise dos factos relevantes após data de balanço comprehende observações de factos que tenham ocorrido entre 31 de dezembro de 2020 e a data do presente relatório, cujo impacto seja relevante ou possa vir a sê-lo.



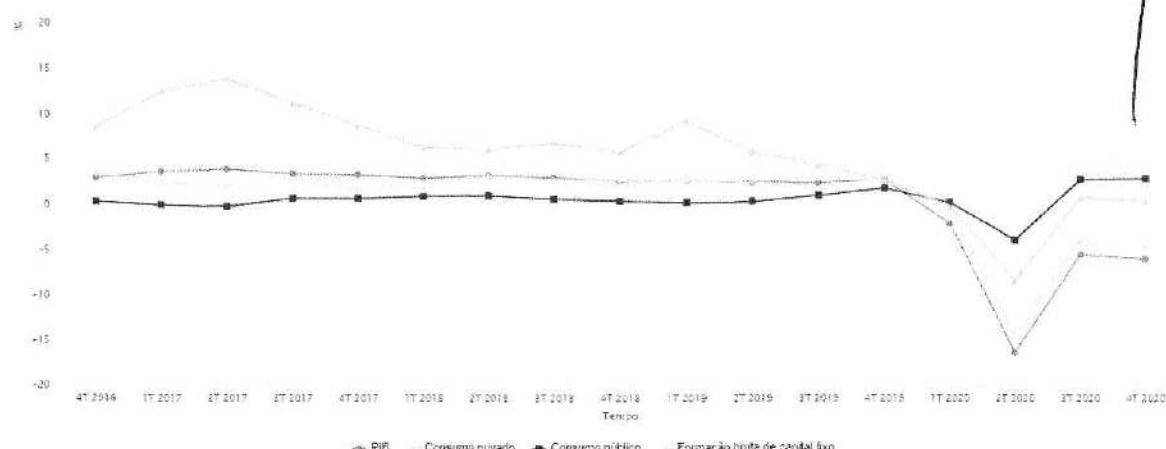
## Situação financeira/económica

O ano de 2020 foi marcado pelos efeitos da doença do Covid 19, nomeadamente pelas medidas tomadas para a mitigação da doença, nomeadamente o confinamento e os sucessivos estados de emergência e calamidade.

Considerando os indicadores publicados pelo Banco de Portugal no boletim estatístico de abril de 2020, temos que em 2020 existe uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) de 7,6% face ao ano transato, sustentada num decréscimo do consumo privado (-5,9%), num decréscimo ainda mais acentuado nas exportações de (-18%).

Para Portugal e Área do Euro inclui-se o ajustamento pela variação líquida das famílias nos fundos de pensões.

PIB e Procura Interna em volume | tvh



Fonte: Banco de Portugal

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores económicos das contas nacionais e da média europeia, bem como a projeção dos mesmos para os anos de 2022 e 2023.

MUNICÍPIO DE CALHETA - RELATÓRIO DE GESTÃO 2020



		2020	2021 (p)	2022 (p)	2023 (p)
Produto Interno Bruto	Portugal	-7,6	3,9	5,2	3,4
	Área Euro	-8,8	4,0	4,1	2,9
Índice harmonizado de preços no consumidor	Portugal	-0,1	0,7	0,9	1,0
	Área Euro	0,3	1,6	1,2	1,4
Consumo privado	Portugal	-5,9	2,0	4,8	2,9
	Área Euro	-8,0	3,0	5,9	4,1
Consumo público	Portugal	0,5	3,7	0,7	0,6
	Área Euro	1,0	2,9	0,1	1,1
Formação bruta de capital fixo	Portugal	-2,2	3,6	8,0	3,7
	Área Euro	-8,4	5,5	5,9	3,3
Exportações	Portugal	-12,6	13,7	11,5	5,3
	Área Euro	-10,5	7,5	5,5	3,4
Importações	Portugal	+12,0	10,2	9,9	5,0
	Área Euro	+10,0	6,6	6,4	3,6
Emprego	Portugal	-1,7	0,3	1,6	0,5
	Área Euro	-1,7	-0,2	1,3	1,0
Taxa de desemprego	Portugal	9,8	7,7	7,6	7,2
	Área Euro	7,8	8,6	8,1	7,6

Fonte: Banco de Portugal

Um dos poucos indicadores em 2020 com alguma expressão positiva é o relativo ao consumo público, permitindo ainda que de forma suave atenuar os efeitos negativos da crise.

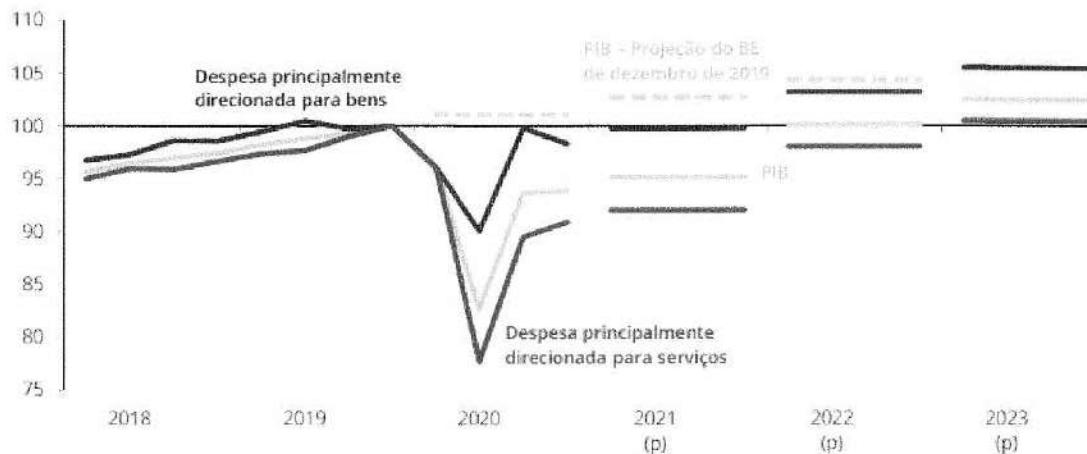
Pela análise do quadro anterior é claro que os efeitos negativos na economia portuguesa da crise foram superiores à média europeia, embora ao nível do consumo privado a contração tenha sido menor.

As projeções para os próximos anos, embora sempre dependentes dos efeitos da Covid 19, são mais positivas, pois prevê um retorno da melhoria em todos os indicadores.



he  
P. J. C.  
Q. Q.  
S. S.  
T. T.

Evolução do PIB | Índice, 2019 T4 = 100



Contudo é necessário ter em consideração que apesar de ser esperada uma melhoria já em 2021, a retoma para o nível de economia que existiu em 2019 não será imediato e dificilmente antes de 2022 será conseguido.

No que se refere ao Município da Calheta, as demonstrações financeiras evidenciam uma posição económica menos positiva, com um resultado negativo de 125 mil euros, mas que resulta essencialmente da adoção do SNC-AP, dado que por força deste novo normativo o montante de 957 mil euros relativos às transferências do Orçamento de Estado afetas a capital não são rendimento do ano, embora seja uma receita transferida com uma única condição de ser afeta a despesa de capital.

Assim apesar de nos últimos anos a autarquia ter conseguido manter um nível de liquidez e solidez financeira muito elevados, face à pandemia e aos efeitos que esta provoca na economia e na sociedade, espera-se que o ano de 2021 seja necessário um esforço adicional e uma reafectação de recursos para combater os efeitos da pandemia.

#### Nota final

Acreditamos os próximos anos sejam estratégicos para que Portugal se afirma com economia atraente e no caso concreto da nossa região, como um destino turístico de sucesso, mas será necessário cada vez mais apoiar as famílias mais afetadas com esta crise e apostar no desenvolvimento local.



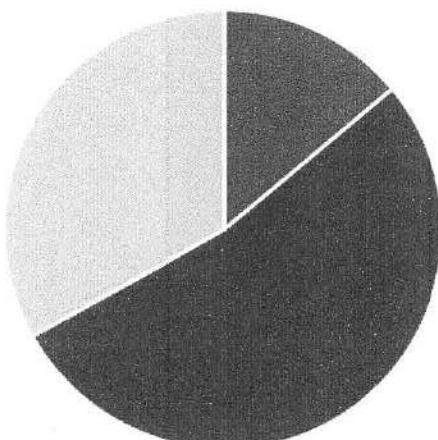
## 2 – Análise da Execução Orçamental

### 2.1 - Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O grau de execução financeira do PPI (rubricas económicas 07 e 09) foi de 2,1 Milhões de euros em 2020, montante que se pode considerar muito favorável atendendo à dimensão da autarquia.

A componente principal do PPI é sem dúvida a componente económica, o que engloba essencialmente a construção da rede rodoviária, que apesar de ser considerado como função económica, possui também uma enorme componente social, pois aproxima populações e permite-lhes estar mais perto de serviços sociais importantes. Para além da construção de vias rodoviárias possuir um fator social, também o tem ao nível da segurança, pois é inquestionável que uma via em boas condições tende a minorar o número de acidentes rodoviários.

Execução financeira do PPI -  
2020



EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PPI  
detalhada - 2020



Nos gráficos anteriores e quadro seguinte, encontra-se a execução do PPI em 2020, por objetivos, onde se percebe que as principais rubricas são Administração geral, Proteção do meio ambiente e conservação, e Transportes rodoviários.



Objetivo	Execução financeira do PPI detalhada - 2020
Administração Geral	269 140,12
Segurança e ordem públicas	26 274,84
Ensino não superior	69 163,15
Habitação	719,19
Abastecimento de água	113 689,33
Resíduos sólidos	14 745,69
Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	799 708,56
Desporto, recreio e lazer	121 918,17
Industria e Energia	1 817,70
Transportes rodoviários	700 802,56
<b>Total</b>	<b>2 117 979,31</b>

## 2.2 - Orçamento

### 2.2.1 – Orçamento da Receita

A receita arrecadada em 2020 foi de 11 milhões de euros.

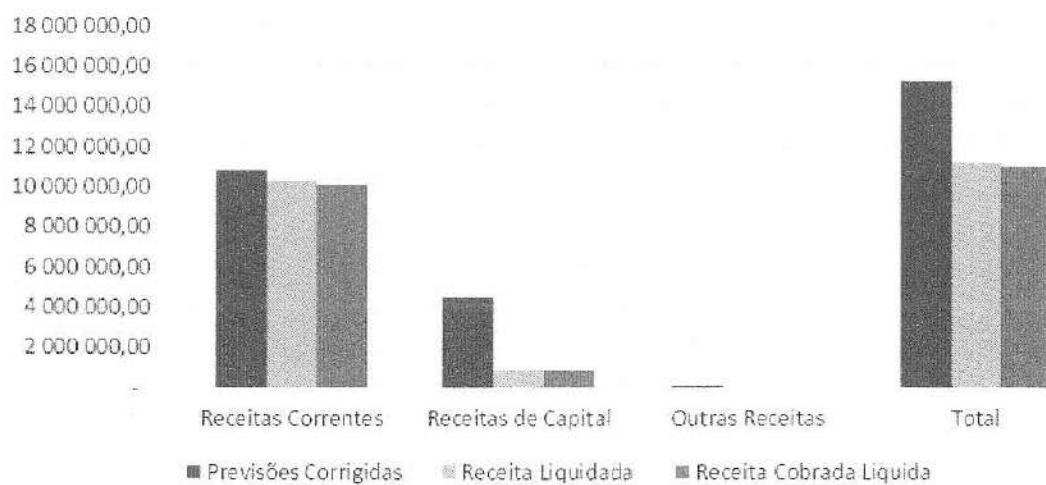
Descrição	Previsões Corrigidas	Receita Liquida	Receita Cobrada Liquida	Grau de Execução Orçamental
Receitas Correntes	10 784 316,00	10 304 513,33	10 125 015,88	93,89%
Receitas de Capital	4 486 891,00	874 074,00	874 074,00	19,48%
Outras Receitas	10,00	0,00	0,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>15 271 217,00</b>	<b>11 178 587,33</b>	<b>10 999 089,88</b>	<b>72,02%</b>

O grau de execução da receita foi em 2020 de 72%, tendo-se verificado previsão orçamental abaixo do orçamentado, as receitas de capital ao contrário das receitas correntes tiveram uma execução muito abaixo do previsto, resultado da não execução dos projetos afetos ao Proderam.



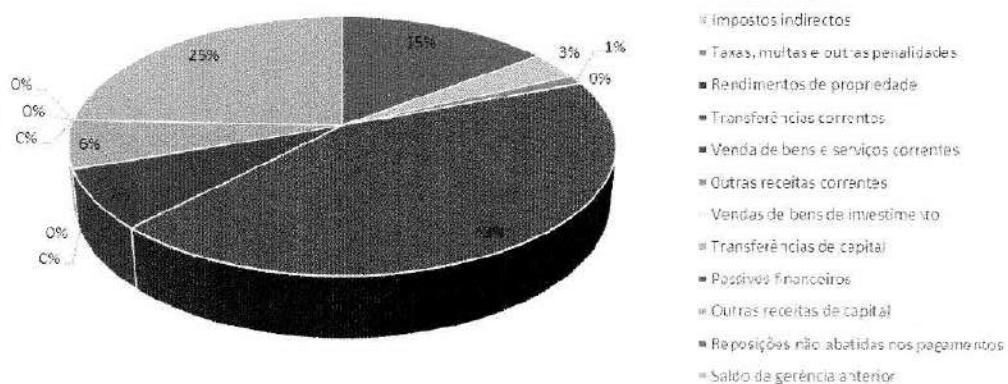
JK  
J. J. Calheta  
P. A.  
D.  
S. M.  
J. M.

## EXECUÇÃO DA RECEITA



Conforme se percebe pelo gráfico seguinte, a receita corrente foi bastante superior à receita de capital, sendo esta uma tendência dos últimos anos.

## ESTRUTURA DA RECEITA



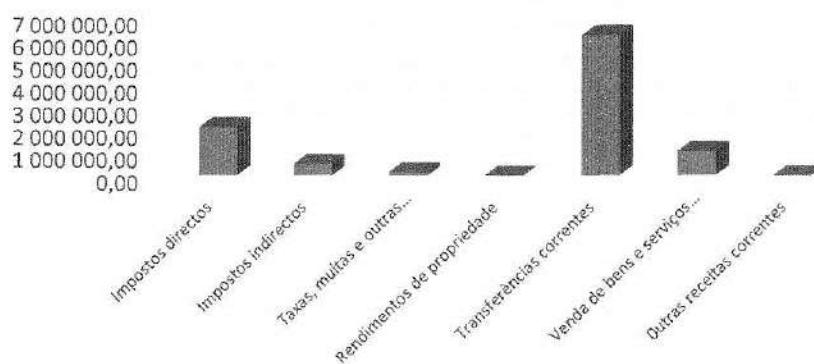
Desdobrando a análise dos diferentes tipos de receita, temos o seguinte quadro:



Económica	Receita	Previsões Corrigidas	Receita Liquidada	Receita Cobrada Líquida	Grau de Execução Orçamental
<b>Receitas Correntes</b>					
01 Impostos directos	1 966 727,00	2 136 897,02	2 136 897,02		108,65%
02 Impostos indirectos	838 201,00	649 801,18	506 641,06		60,44%
04 Taxas, multas e outras penalidades	213 090,00	155 467,90	154 207,45		72,37%
05 Rendimentos de propriedade	7 961,00	6 901,50	6 901,50		86,69%
06 Transferências correntes	6 381 030,00	6 244 528,76	6 244 528,76		97,86%
07 Venda de bens e serviços correntes	1 363 709,00	1 106 692,27	1 071 615,39		78,58%
08 Outras receitas correntes	13 598,00	4 224,70	4 224,70		31,07%
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>10 784 316,00</b>	<b>10 304 513,33</b>	<b>10 125 015,88</b>		<b>93,89%</b>
<b>Receitas de Capital</b>					
09 Vendas de bens de investimento	210,00	4 695,00	4 695,00		2235,71%
10 Transferências de capital	4 486 651,00	869 379,00	869 379,00		19,38%
12 Passivos financeiros	10,00	-	0,00		0,00%
13 Outras receitas de capital	20,00	-	0,00		0,00%
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>4 486 891,00</b>	<b>874 074,00</b>	<b>874 074,00</b>		<b>19,48%</b>
<b>Outras Receitas</b>					
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	10,00	0,00	0,00		0,00%
16 Saldo da gerência anterior	3 565 880,39	3 565 880,39	3 565 880,39		100,00%
<b>Total de Outras Receitas</b>	<b>3 565 890,39</b>	<b>3 565 880,39</b>	<b>3 565 880,39</b>		<b>100,00%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>18 837 097,39</b>	<b>14 744 467,72</b>	<b>14 564 970,27</b>		<b>77,32%</b>

O gráfico seguinte permite compreender melhor a estrutura da receita corrente, onde facilmente se percebe que o principal peso pertence às transferências correntes, sendo que estas transferências são obtidas através do orçamento de estado, sendo que as principais rubricas são impostos diretos, transferências correntes e venda de bens.

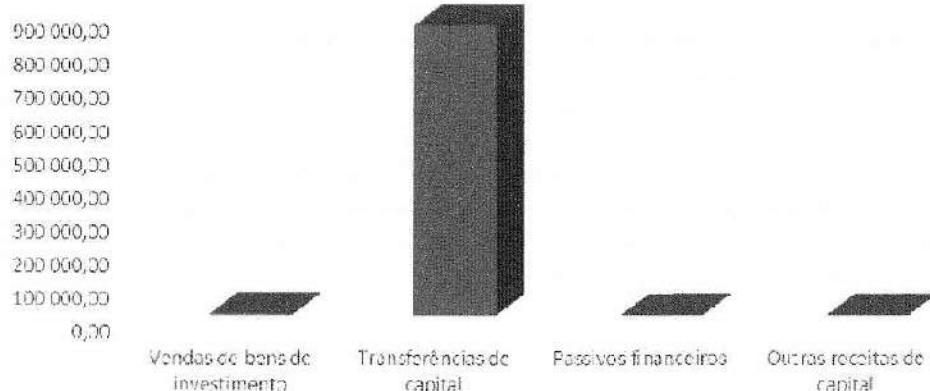
## RECEITA CORRENTE



The image shows several handwritten signatures in black ink, including "J. P. Calheta" and initials like "J.P.", "J. C.", and "A. M.". These signatures are placed over the official seal of the Municipality of Calheta, which features a coat of arms with a central figure and the text "CALHETA - MADEIRA".

No que se refere à receita de capital ela compreende apenas as transferências de capital.

### RECEITA DE CAPITAL



Analizando a evolução da receita nos últimos quatro anos, verifica-se que em 2020 a receita aumentou ligeiramente contrariando o ano anterior.

Descrição	Receita Cobrada Líquida				
	2020	2019	2018	2017	2016
Receitas Correntes	10 125 015,88	10 354 355,79	10 219 754,02	10 193 336,53	8 838 074,26
Receitas de Capital	874 074,00	811 222,00	616 185,00	1 488 978,98	818 792,67
Outras Receitas	3 565 880,39	3 046 548,20	4 039 436,21	2 943 813,48	5 170 663,96
<b>Total</b>	<b>14 564 970,27</b>	<b>14 212 125,99</b>	<b>14 875 375,23</b>	<b>14 626 128,99</b>	<b>14 827 530,89</b>

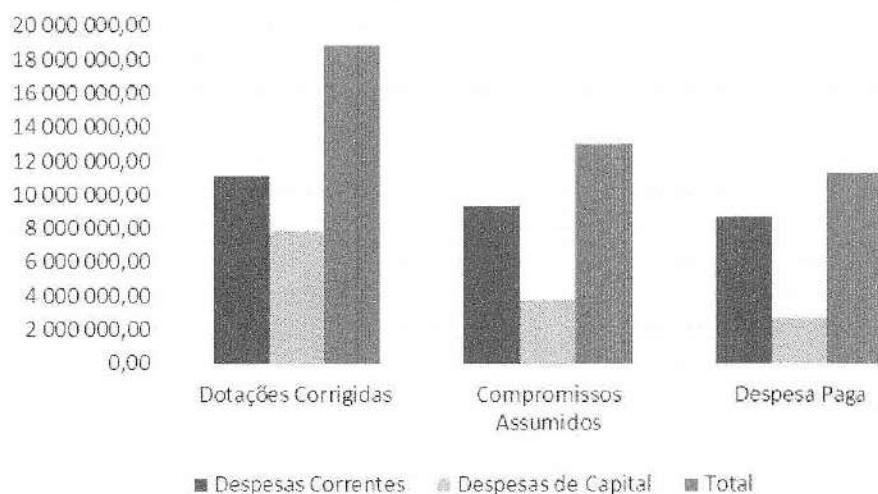


### 2.2.1 – Orçamento da Despesa

A despesa paga pelo município em 2020 foi de aproximadamente 11,3 milhões de euros, o que permitiu uma execução do orçamento em 59,77%.

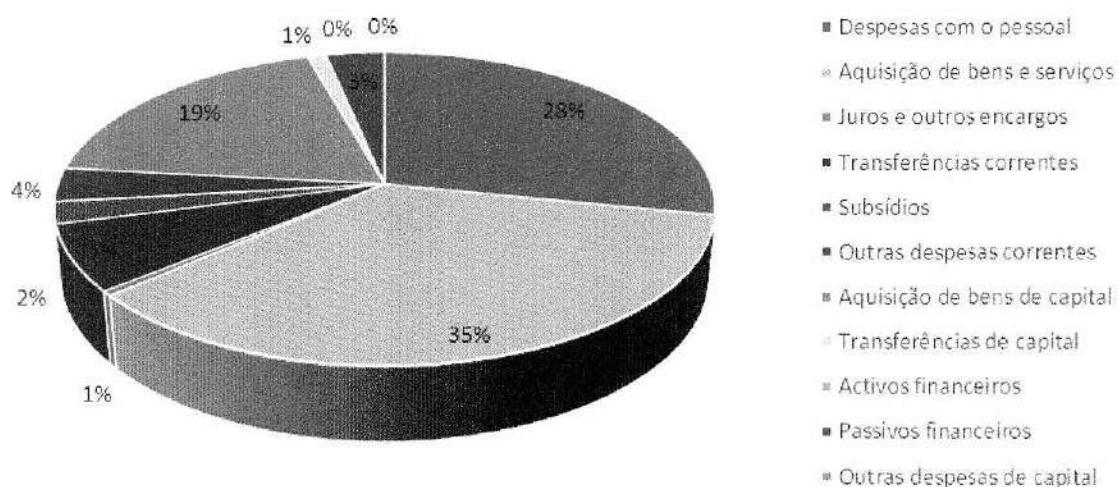
Descrição	Dotações Corrigidas	Compromissos Assumidos	Despesa Paga	Grau de Execução Orçamental
Despesas Correntes	11 051 937,39	9 342 193,51	8 621 473,72	78,01%
Despesas de Capital	7 785 160,00	3 670 111,73	2 637 351,73	33,88%
<b>Total</b>	<b>18 837 097,39</b>	<b>13 012 305,24</b>	<b>11 258 825,45</b>	<b>59,77%</b>

## EXECUÇÃO DA DESPESA



Apresenta-se no gráfico seguinte a composição da estrutura da despesa, onde se verifica que a despesa é essencialmente composta por Despesas com Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços, Transferências Correntes e Aquisição de Bens de Capital.

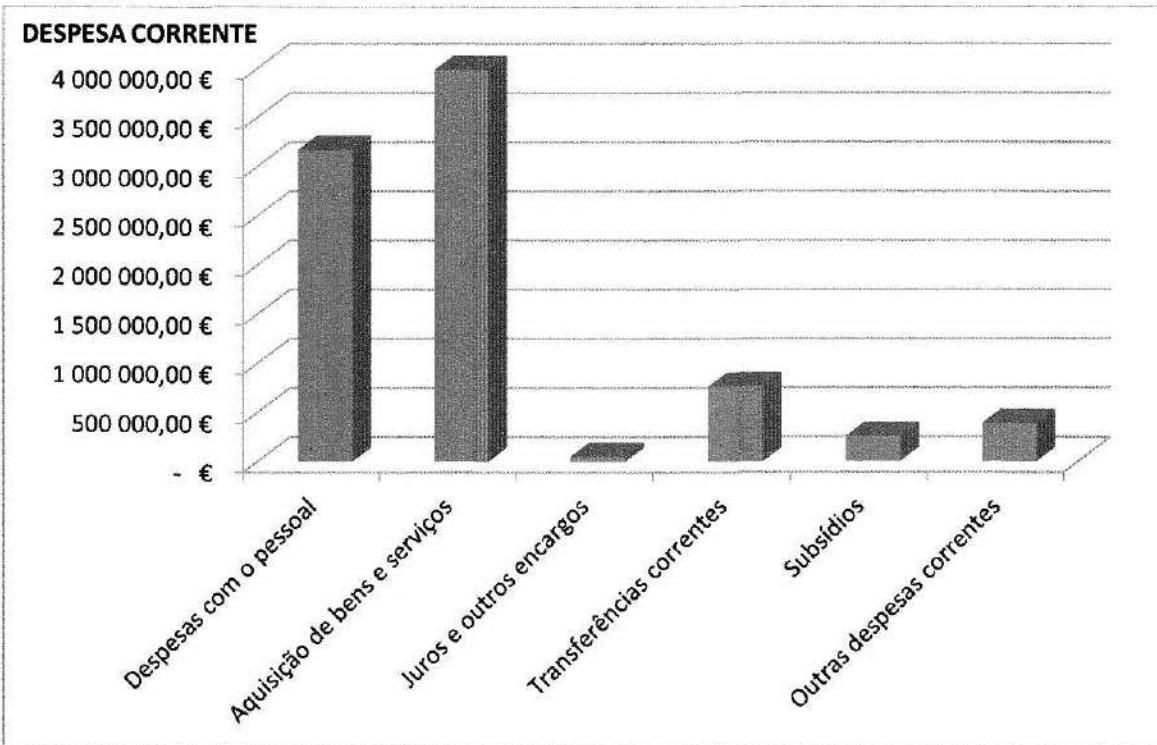
## ESTRUTURA DA DESPESA



Detalhando os diversos tipos de despesa, temos o seguinte quadro:

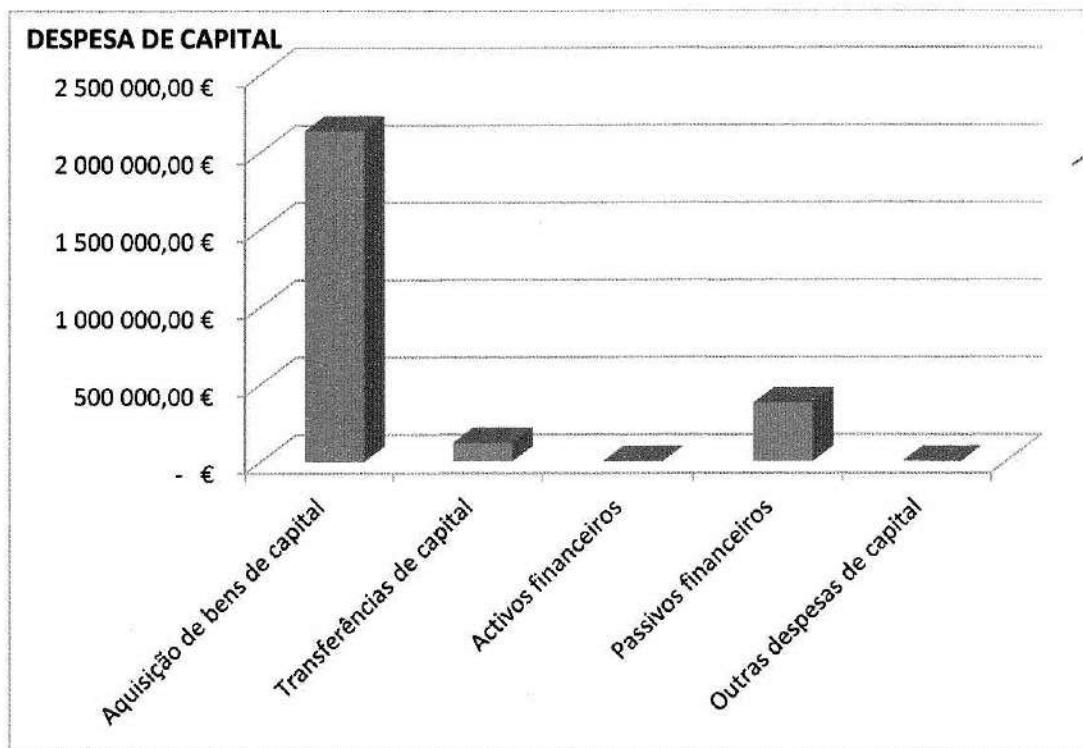
Económica	Despesa	Orçamento Corrigido	Compromissos Assumidos	Despesa paga	Grau de Execução Orçamental
01	Despesas com o pessoal	3 546 770,00 €	3 251 636,22 €	3 173 554,57 €	89,48%
02	Aquisição de bens e serviços	5 713 174,00 €	4 615 745,92 €	3 984 160,58 €	69,74%
03	Juros e outros encargos	78 750,00 €	53 347,57 €	53 347,57 €	67,74%
04	Transferências correntes	805 450,00 €	766 259,69 €	765 842,02 €	95,08%
05	Subsídios	277 010,00 €	254 638,70 €	254 638,70 €	91,92%
06	Outras despesas correntes	630 783,39 €	400 565,41 €	389 930,28 €	61,82%
<b>Total das Despesas Correntes</b>		<b>11 051 937,39 €</b>	<b>9 342 193,51 €</b>	<b>8 621 473,72 €</b>	<b>78,01%</b>
<b>Despesas de Capital</b>					
07	Aquisição de bens de capital	7 263 417,00 €	3 172 019,76 €	2 139 259,76 €	29,45%
08	Transferências de capital	125 050,00 €	121 500,00 €	121 500,00 €	97,16%
09	Activos financeiros	19 693,00 €	- €	- €	0,00%
10	Passivos financeiros	376 900,00 €	376 591,97 €	376 591,97 €	99,92%
11	Outras despesas de capital	100,00 €	- €	- €	0,00%
<b>Total das Despesas de Capital</b>		<b>7 785 160,00 €</b>	<b>3 670 111,73 €</b>	<b>2 637 351,73 €</b>	<b>33,88%</b>
<b>Total das Despesas</b>		<b>18 837 097,39 €</b>	<b>13 012 305,24 €</b>	<b>11 258 825,45 €</b>	<b>59,77%</b>

No que respeita à despesa corrente, comprehende essencialmente três rubricas, a despesa com pessoal com 3,2 milhões de euros, a aquisição de bens e serviços 3,9 milhões de euros e transferências correntes 766 mil euros.



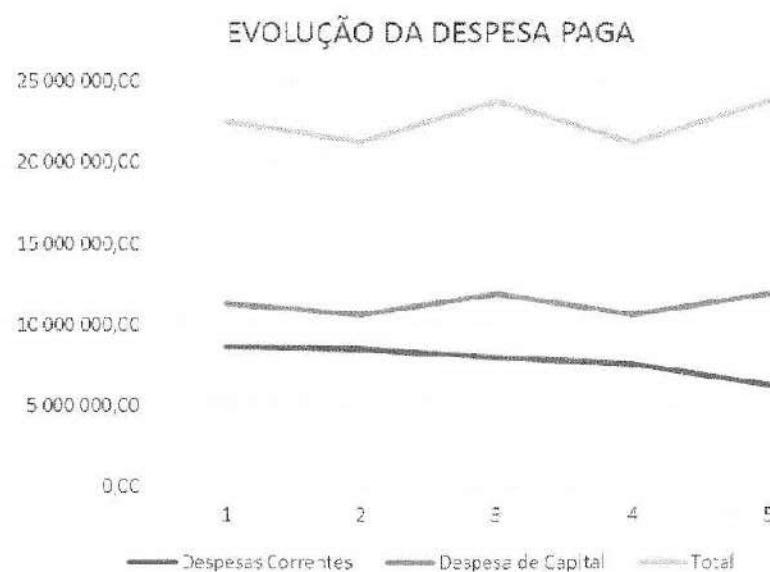


Conforme já mencionado a despesa de capital assume um peso bastante elevado sobre a despesa total, sendo que a maioria desta despesa de capital se destinou a aquisição de bens/empreitadas e passivos financeiros.



Analizando a evolução da despesa nos últimos três anos, esta tem sofrido alterações significativas, devido sobretudo à disponibilidade financeira do município para fazer face aos compromissos assumidos e da adesão ao PAEL em 2013, bem como das candidaturas comunitárias e contratos programa com o Governo Regional.

Descrição	Despesa paga				
	2020	2019	2018	2017	2016
Despesas Correntes	8 621 473,72	8 513 407,04	7 979 933,23	7 549 266,82	6 299 904,96
Despesa de Capital	2 637 351,73	2 144 074,79	3 905 736,90	3 066 459,22	5 597 312,50
Total	<b>11 258 825,45</b>	<b>10 657 481,83</b>	<b>11 885 670,13</b>	<b>10 615 726,04</b>	<b>11 897 217,46</b>



# Financeira

## 3.1 – Balanço

### ATIVO

Dada a natureza da atividade autárquica, a componente principal do seu ativo é o imobilizado, o que no caso do município da Calheta não é exceção, porém o facto de o imobilizado representar 90 % do ativo, é um sinal claro do forte investimento, realizado em infraestruturas e equipamentos para o concelho.

Descrição	2020	2019	Variação	
			Valor	%
Ativos Fixos Tangíveis	45 189 866,76	46 636 168,02	-1 446 301,26	-3,10%
Ativos Intangíveis	1 830,00	0,00	1 830,00	0,00%
Participações Financeiras	344 627,51	354 474,00	-9 846,49	-2,78%
Inventários	35 873,62	35 285,83	587,79	1,67%
Clientes	41 269,06	103 293,62	-62 024,56	-60,05%
Caixa e Depósitos	3 331 030,95	3 630 874,71	-295 246,42	-8,13%
Outras Contas a Receber	1 351 144,76	1 184 501,69	166 643,07	14,07%
Diferimentos	18 508,31	22 023,39	-3 515,08	-15,96%
<b>Total</b>	<b>50 318 748,31</b>	<b>51 966 621,26</b>	<b>-1 647 872,95</b>	<b>-3,17%</b>

Os ativos fixos tangíveis, incluem bens do domínio público e privado, utilizados na atividade municipal, prestação de serviços ou no uso administrativo, e são registados ao custo de aquisição, o qual inclui não só o custo de compra, mas também eventuais custos necessários para colocar os ativos operacionais.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e de acordo com as regras estabelecidas no Classificador Complementar 2, incluído no Plano de Contas Multidimensional do SNC-AP, mantendo-se a vida útil dos bens adquiridos previamente à entrada em vigor do SNC-AP nos termos definidos na Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE), exceto para edifícios e outras construções.

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os ativos intangíveis com vida útil finita, são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade. Os



pr

J. C. C. O.

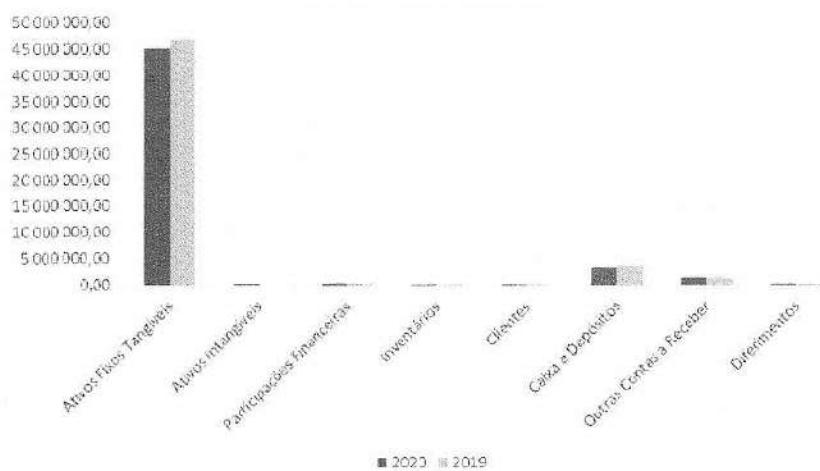
S. J. M.

M. M.

métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual, são revistos no final de cada ano, e os efeitos dessas possíveis alterações são tratados como alterações de estimativas, de forma prospectiva.

A imparidade dos ativos intangíveis, é calculada com os mesmos critérios descritos no ponto anterior, relativamente aos ativos fixos tangíveis. As taxas de amortização têm em conta a depreciação do ativo durante a sua vida útil esperada.

#### ESTRUTURA DO ATIVO



Importa referir que num clima de crise económica como o atual, foi possível à autarquia manter os níveis de liquidez, para fazer face a compromissos atuais e futuros.

#### FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

Conforme se pode observar no quadro abaixo, em 2020, as principais variações ocorreram nos, no património líquido e no passivo corrente.

A rubrica do património líquido engloba além do Património/capital e Reservas, os Resultados transitados que agora no SNC-AP temos os subsídios comunitários,

Descrição	2020	2019	Variação	
			Valor	%
Patrimônio Líquido	46 764 185,40	48 789 303,91	-2 025 118,51	-4,15%
Passivo não Corrente	1 951 318,55	2 434 041,55	-482 723,00	-19,83%
Passivo Corrente	1 603 244,36	743 275,80	859 968,56	115,70%
<b>Total</b>	<b>50 318 748,31</b>	<b>51 966 621,26</b>	<b>-1 647 872,95</b>	<b>-3,17%</b>



A variação dos Fundos Próprios fica explicada pelo mapa seguinte:

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Aplicação do Resultado Líquido 2019	Saldo Final
Património	30.112.676,20	0,00	0,00	0,00	30.112.676,20
Reservas Legais	775.905,89	0,00	0,00	18.596,13	794.502,02
Resultados transitados	7.729.425,03	350.580,33	0,00	0,00	8.080.005,36
Outras Variações do Patrimônio Líquido	0,00	7.884.899,62	0,00	0,00	7.884.899,62
Resultado Líquido	371.922,52		107.897,80	-371.922,52	-107.897,80
Total	38.989.929,64	8.235.479,95	107.897,80	-353.326,39	46.764.185,40

Alem da aplicação do resultado liquido e a transferência para reservas legais, temos com mais expressão na variação dos Fundos Próprios a rubrica outra variação de capitais próprios inclui-se nesta rubrica essencialmente o reconhecimento de subsídios ao investimento e das verbas atribuídas como capital pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (apenas após 2020), referentes a investimento já concluído e que são reconhecidos em resultados na medida em que se deprecia o bem para o quase se destinou o apoio.

### ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO



### 3.2 – Demonstração de Resultados

Apresenta-se em seguida um quadro resumo da demonstração de resultados, com a variação ocorrida de 2020 para 2019.

O resultado de 2020 sofreu uma grande variação comparativamente com 2019, tivemos um aumento da despesa e uma redução de receita, as isenções decretadas aos municípios nos primeiros meses do ano na parte da receita e na despesa os condicionamentos derivados das restrições do Covid 19 tiveram muito impacto no resultado final.

O facto das transferências de capital oriundas do Orçamento de Estado serem reconhecidas diretamente em Património Líquido, originou também uma redução dos rendimentos em 957 mil euros.

Assim, face ao exposto, caso não tivesse existido a alteração em SNC-AP do reconhecimento das verbas do Orçamento de Estado, o resultado apurado em 2020 seria positivo em 849 mil euros, valor que seria expressivo considerando a atual conjuntura económica.

Descrição	2020	2019	Variação	
			Valor	%
Impostos, contribuições e Taxas	2 889 757,31	2 866 611,83	23 145,48	0,81%
Vendas	566 400,67	649 932,39	- 83 531,72	-12,85%
Prestações de serviços e concessões	482 199,08	632 403,13	- 150 204,05	-23,75%
Transferências e subsídios correntes obtidos	6 252 702,50	6 891 749,76	- 639 047,26	-9,27%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 191 405,58	- 605 104,51	413 698,93	-68,37%
Fornecimentos e serviços externos	- 3 951 945,89	- 3 771 721,06	- 180 224,83	4,78%
Gastos com pessoal	- 3 309 020,11	- 2 908 761,08	- 400 259,03	13,76%
Transferências e subsídios concedidos	- 1 141 980,72	- 1 215 624,97	73 644,25	-6,06%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 68 746,89	-	- 68 746,89	0,00%
Outros rendimentos	2 042 585,66	1 500 090,68	542 494,98	36,16%
Outros gastos	- 329 610,84	- 357 427,17	27 816,33	-7,78%
			-	0,00%
<b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>3 240 935,19</b>	<b>3 682 149,00</b>	<b>- 441 213,81</b>	<b>-11,98%</b>
			-	0,00%
Gastos/reversões de depreciações e amortização	- 3 285 182,32	- 3 213 507,54	- 71 674,78	2,23%
<b>Resultado operacional (antes de resultados de financeiros)</b>	<b>- 44 247,13</b>	<b>468 641,46</b>	<b>- 512 888,59</b>	<b>-109,44%</b>
			-	0,00%
Juros e gastos similares suportados	- 63 650,67	- 96 718,94	33 068,27	-34,19%
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>- 107 897,80</b>	<b>371 922,52</b>	<b>- 479 820,32</b>	<b>-129,01%</b>
			-	0,00%
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>- 107 897,80</b>	<b>371 922,52</b>	<b>- 479 820,32</b>	<b>-129%</b>

Pelo gráfico seguinte verifica-se a evolução dos gastos e rendimentos do ano de 2020 com o período homólogo.





## 4 – Factos Relevantes Verificados Após o Encerramento das Contas

Manteve-se no exercício de 2020 as medidas de mitigação à doença Covid 19, pelo que os efeitos na economia e na atividade municipal ainda não são determináveis, contudo não se espera que esteja em causa a continuidade das atividades desenvolvidas pela autarquia nem que exista qualquer imparidade de ativos a reconhecer.

Não existiram mais factos relevantes em 2020 que tenham impacto material nas demonstrações financeiras de 2020, ou que afetem a continuidade das operações da autarquia.

*[Handwritten signatures]*



## 5 – Mapa de Cálculo ao Endividamento Líquido e Bancário

No gráfico seguinte apresentam-se os dados relativos ao endividamento, obtidos pela informação reportada à DGAL, que demonstram uma margem relativa ao limite da dívida total bastante positiva, pelo que o município se encontra financeiramente estável.

Apuramento do limite da "Dívida total" para 2020	
	31/12/2020
<b>1. Total da receita cobrada nos últimos 3 anos</b>	
1.1 Receita corrente cobrada em 2017	10.193.337
1.2 Receita corrente cobrada em 2018	10.219.754
1.3 Receita corrente cobrada em 2019	10.354.356
<b>2. Média da receita</b>	10.255.815
<b>3. 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 anos</b>	15.383.723
Apuramento da dívida total	
4. Dívida total das operações orçamentais do Município	
Fornecedores	3.231
Financiamentos obtidos	2.024.993
Outras contas a receber e a pagar	112.283
Estado e outros entes públicos	72.150
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	49.075
5. Dívidas das entidades relevantes para efeitos de apuramento da dívida total	
<b>6. Dívida total a 31-12-2020 excluindo operações extraorçamentais</b>	2.261.732
<b>7. Limite da dívida total da Autarquia calculado a 31-12-2020</b>	15.383.723
<b>8. Montante da dívida total em 31-12-2020 (excluindo operações extraorçamentais)</b>	2.261.732
9. Margem Absoluta	
10. Margem Utilizável = Margem Absoluta em 2020 e 2021	13.121.991
11. Montante de empréstimos já contratualizados e não refletidos na dívida	0
<b>12. Margem efetivamente disponível para endividamento</b>	13.121.991

De referir que a posição financeira da autarquia e a sua situação face aos limites de endividamento, bem como o respeito pelo cumprimento da não existência de pagamentos em atraso, permitem à autarquia, estar dispensada do cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), nos termos do artigo 107.º da Lei do Orçamento de Estado de 2020, à semelhança do que se encontrava previsto no artigo 88.º da Lei do Orçamento de Estado de 2019. Contudo, a manutenção da dispensa de aplicação da

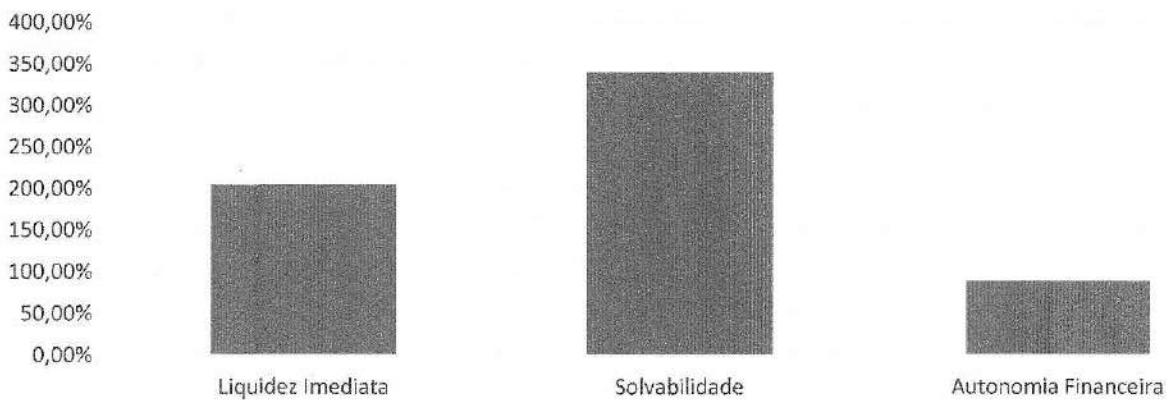


me.  
J. P. C.  
J. P. C.  
D.  
  
S.  
G.  
A.  
J. M. J.

## 6 – Indicadores

No gráfico abaixo apresentam-se indicadores de natureza financeira, onde é claro que existe capacidade da autarquia para fazer face ao seu passivo exigível.

RÁCIOS 2020





Apresenta-se no seguinte quadro resumo, indicadores orçamentais relativos aos últimos 4 anos.

Rácio	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017		Obs.
Receita total/Despesa total	1,29	1,33	1,25	1,38		O peso da receita sofreu uma redução em relação à despesa
Receita Corrente/ Despesa Corrente	1,17	1,22	1,28	1,35		Existiu uma ligeira diminuição da "folga" no equilíbrio orçamental
Impostos e Taxas / Receita Corrente	0,28	0,28	0,26	0,29		O peso das receitas via impostos e taxas manteve-se
Transferências Correntes Recebidas / Receitas Correntes	0,62	0,59	0,61	0,58		Verifica-se um aumento das transferências correntes face à globalidade da receita corrente
Transferências Totais Recebidas / Receitas Totais	0,49	0,48	0,46	0,50		O peso das receitas proveniente de orçamento de estado sofreram um ligeiro aumento
Receitas Correntes / Receitas Totais	0,70	0,73	0,69	1,97		O peso da receita corrente diminuiu sobre as receitas totais
Despesas com pessoal / Despesas Correntes	0,37	0,34	0,31	0,34		O peso das despesas com pessoal aumentou face as despesas correntes
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	0,46	0,48	0,48	0,52		A aquisição de bens e serviços diminuiu face à despesa corrente
Transferências Correntes Efectuadas / Despesas Correntes	0,09	0,09	0,10	0,09		O peso das transferências correntes concedidas sofreu manteve-se face ao total da despesa corrente
Despesas de Capital / Despesas Totais	0,23	0,20	0,33	0,29		Aumento do peso das despesas de capital



## 7 – Regra do Equilíbrio Financeiro

Conforme previsto no art.º 40 da Lei 73/2013 de 3 de setembro, apresenta-se o apuramento do equilíbrio financeiro, tendo-se verificado em 2020 uma margem positiva de aproximadamente 1,1 milhões de euros.

Apuramento do cumprimento da Regra do Equilíbrio Financeiro	
Receitas Correntes	10 125 015,88
Saldo Gerência de 2019 aplicado em corrente	2 051 316,39
<b>Subtotal</b>	<b>12 176 332,27</b>
Amortizações médias	399 535,44
Despesas Correntes	8 621 473,72
<b>Subtotal</b>	<b>9 021 009,16</b>
<b>Margem de equilíbrio (art.40º Lei 73/2013)</b>	<b>1 104 006,72</b>

No quadro seguinte demonstra-se o apuramento das amortizações médias que serviram de suporte ao apuramento da regra do equilíbrio financeiro.

Empréstimos	Capital	Anos contratos	Amortizações médias
CGD	615 164,90	9	68 351,66
PAEL	3 974 205,45	12	331 183,79
<b>Total</b>	<b>4 589 370,35</b>		<b>399 535,44</b>

Capital = Capital contratado, ou se empréstimo anterior a 01.01.2014 é considerado o capital em dívida a essa data

Anos contratados = Duração em anos do empréstimo, ou se o empréstimo anterior a 01.01.2014 é considerado o número de anos restantes.



## 8 – Aplicação de Resultados

Face ao resultado líquido negativo do exercício no montante de € 107.897,80 apurado no ano de 2020, propõe-se que tenha a seguinte aplicação:

- • Seja transferido para a conta 56 – resultados transitados

### Órgão Executivo

Em 27 de Julho de 2021

—

### Órgão Deliberativo

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

—